

Revolução outubrista de 1930 em São Paulo: análise das ações legalistas e consequências na Força Pública do Estado

Fernando de Medeiros Vasconcelos ^a

Resumo: No ano de 1930 tivemos a eleição para presidente da república. O presidente em exercício era Washington Luís. Neste pleito concorreram ao cargo o candidato Júlio Prestes, por São Paulo, e, do outro lado, Getúlio Vargas, pela Aliança Liberal entre os Estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul. Essas eleições foram conturbadas pois setores militares e da sociedade já demonstravam insatisfação com a política nacional e a crise econômica devido a queda da bolsa de Nova Iorque em 1929. Em consequência dessa crise política temos o levante político-militar no Rio Grande do Sul, que contou com o apoio dos demais estados da aliança liberal e de políticos dissidentes, que culminou com a Revolução Outubrista de 1930 e a derrubada do presidente da república de seu poder, instalando no país um governo provisório que perduraria até 1937, com a implantação do estado novo. É nesse movimento revolucionário que encontraremos conflitos isolados entre forças constituídas e a preparação de uma batalha que possivelmente daria início a uma guerra civil. Esse momento histórico nos mostrou a importância da capacidade bélica de distintas instituições, como, por exemplo, o emprego de equipamentos modernos como o avião e o deslocamento de tropas por trem, que demonstraram a capacidade logística de movimentação de tropa e, principalmente, o poder de dissuasão de uma instituição bem preparada e equipada. No campo político, as mudanças proporcionadas por esta revolução têm reflexos até os dias atuais.

Palavras-chave: República Velha, Revolução de 1930, Força Pública de São Paulo.

INTRODUÇÃO

No início do século XX, o

Brasil passava por um movimento político militar conhecido como Tenentismo, de 1922, que

^a Capitão da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Associado Correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil.



exigia a reforma política da República. Devido a essa mobilização, à revolução de 1924 e ao combate da Coluna Miguel Costa–Prestes, de 1925 a 1927, criou-se uma instabilidade política que catalisou movimentos armados a pressionarem o governo federal na busca de reformas que atendessem aos anseios políticos de instituições e Estados. A “República Velha”, como ficou conhecido esse período da nossa República, foi caracterizado pelo governo de uma oligarquia política, ou seja, uma elite intelectual que governa sem responsabilidade e sem assumir as consequências de seus atos, sendo algo oposto ao conceito de aristocracia, onde temos uma mesma nicho de pessoas que governam o país com responsabilidade, transparência e que respondem pelas consequências de seus atos.

O governo dessa oligarquia ficou conhecido como “República do Café com Leite”, onde os cargos públicos eram divididos e decididos entre políticos locais e os cargos do executivo federal

eram alternados entre políticos de São Paulo e Minas Gerais, com eleições fraudadas, com compra de votos e até mesmo a utilização da violência para que os eleitores votassem em um determinado candidato.

Em 1930 houve a eleição para presidente da República. Neste pleito concorreram ao cargo o candidato Getúlio Vargas, pelo Rio Grande do Sul e que detinha apoio dos políticos de Minas Gerais, que tiveram seus interesses negados pelo presidente da República, e, de outro lado, Júlio Prestes, pelo Estado de São Paulo. O presidente em exercício era Washington Luís, que apoiava a candidatura do governador paulista, pois, segundo ele, assim seria dada continuidade aos seus planos econômicos.

Contrapondo a tentativa de hegemonia paulista, os Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba formaram uma coligação opositora ao governo com o apoio de diversos políticos opositores de todo o país, a Aliança Liberal, que inclusive con-

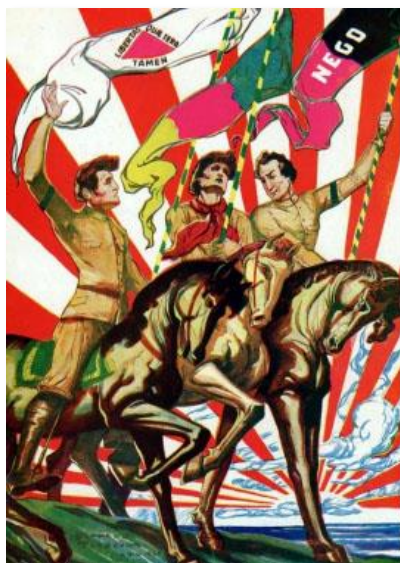


tou com o apoio de membros do Tenentismo.

Como é de se esperar, as eleições foram conturbadas, pois os Estados da federação não se sentiam representados pela política vigente, os políticos de vários Estados, os setores militares e da sociedade demonstravam insatisfação com a política nacional, principalmente com a economia do país, que passava por uma grave crise econômica devido aos reflexos da queda da bolsa de Nova Iorque no ano anterior (1929).

Neste contexto de eleições confusas e acaloradas, tivemos o assassinato, por motivações exclusivamente pessoais, não políticas, do candidato a vice-presidente de Getúlio Vargas, o Dr. João Pessoa, governador da Paraíba, em 26 de julho de 1930. Isso foi o estopim para um movimento político armado de não aceitação do resultado eleitoral e catalisador para um golpe de estado.

Fig. 1 - Propaganda dos três Estados partidários a Revolução de 1930



Fonte: Wikimedia/Wikicommons

SÃO PAULO

Nesse período o Estado bandeirante já se consolidava como o maior PIB do país devido ao seu agronegócio, tendo como carro chefe a produção de café e uma indústria consolidada. Atrelado a isso, havia uma classe média pujante e uma classe operária estabelecida. Esse cenário social



fez com que o Estado ficasse conhecido como a “Locomotiva do Brasil”, porquanto se tornara o carro chefe do país tanto no contexto econômico quanto social.

Por conta desses fatores é que o Estado paulista ganhou protagonismo na política nacional, suplantando, inclusive, a política mineira, embora no início do século XX tenha ocorrido a conhecida divisão de seus cargos entre os políticos dos estados de Minas Gerais e São Paulo, ou seja, a “República Velha” ou do “Café com Leite”.

Devido a esse protagonismo paulista e o fortalecimento da Aliança Liberal, a revolução que estava se avizinhandando colocava o Estado de São Paulo como um inimigo a ser vencido, uma vez que a citada aliança se posicionou contra o Estado e não aos seus políticos, porém existia um entrave para tal empreitada, a força militar do estado.

A Força Pública do Estado de São Paulo (FPESP)

Criada em 1831, ainda no período Regencial, a Força Pública Paulista, hoje Polícia Militar, contava, conforme o decreto-lei estadual nº 2381, de 12 de dezembro de 1929, da seguinte configuração:

O Doutor Julio Prestes de Albuquerque, Presidente do Estado de São Paulo, Faço saber que o Congresso Legislativo decretou e eu promulgo a lei seguinte:

Artigo 1.º - A Força Publica do Estado de São Paulo, compor-se-á, para o exercicio de 1930, de 8.493 homens, distribuidos por:

Um commando geral,
Sete batalhões de infantaria,
Dois regimentos de cavallaria,
Um batalhão de bombeiros sapadores,
Um batalhão escola,
Um curso de instrucção militar,
Uma esquadrilha de aviação,
Um corpo de saúde,
Uma repartição do material,
Um quadro de auxiliares civis.

Ressalto que o Batalhão Escola é a atual Academia de Polícia Militar do Barro Branco. Além



disso, vale lembrar que o efetivo do Exército, nesse ano, era de 50.000 homens espalhados em todo território nacional, sendo parcela desse efetivo composto por militares do serviço militar obrigatório.

Durante o período da revolução outubrista a instituição era liderada pelo coronel Joviano Brandão de Oliveira, que entre os anos de 1924 e 1927, esteve a frente do 1º Batalhão de Infantaria da Força, atual 1º Batalhão de Polícia de Choque “ROTA”, combatendo diretamente, pelo interior do país, as revoltas tenentistas e participando da perseguição a Coluna Miguel Costa-Prestes. Cabe ressaltar que a força paulista acabara de passar pela Missão Militar do Exército Francês, sob o comando e supervisão do general Nerel. Esta missão tinha como escopo a profissionalização, estruturação e adestramento de todos os quadros, pelo período de 1906 e 1924, sendo finalizada devido aos acontecimentos do último ano.

As instruções da Missão Militar Francesa eram modernas e traziam táticas e técnicas criadas e utilizadas pelos franceses na Primeira Grande Guerra, dando a tropa bandeirante uma capacidade de ação bélica e de disciplina equivalente ao padrão europeu tornando-a um pequeno exército do Estado. Isso só foi mudar com a Emenda Constitucional de 1969, que definiu às polícias militares somente a missão de polícia, tornando-as instituições militares de natureza policial conforme o modelo da *Gendarmerie* francesa pós-Segunda Guerra Mundial.

Fig. 2 - Avião Curtiss JN-4D Jenny da Força Pública



Fonte: Museu da PMESP



Desde o século XIX a Força Pública paulista participou de vários momentos históricos do país. Porém, a partir da década de 1890 ela passou a exercer um protagonismo na Revolta da Armada, Revolução Federalista, quarta Expedição a Canudos, Revolta da Vacina no Rio de Janeiro, Revolta da Chibata, movimento Tenentista e Sedição Militar do Mato Grosso em 1922; de 1924 a 1926 Revolução de São Paulo e Campanhas no Sul. De 1925 a 1927, perseguição a Coluna Miguel-Costa-Prestes pelo interior do país. Nesses episódios ficaram cristalinos o adestramento, a capacidade de mobilização expedicionária e combate, tão necessários para a manutenção da República.

Um diferencial da Polícia Militar paulista era o fato de ela possuir, de maneira inédita perante as demais coirmãs, uma aviação militar e uma companhia de artilharia, com canhões Krupp e Armstrong, pertencente ao 1º Batalhão de Infantaria. Com esse histórico e diferencial tático e

operacional, o pequeno “Exército Paulista” deu a São Paulo o apelido de “Prússia Brasileira”, conforme o general Augusto Tasso Fragoso.

A REVOLUÇÃO

Durante campanha eleitoral de 1929, no transcorrer do mês de outubro, houve a famigerada queda da bolsa de Nova Iorque. Nesse contexto, o principal produto de exportação era o café produzido pelo Estado de São Paulo. Isso fez com que os políticos paulistas passassem a pressionar o governo de Washington Luís buscando o enfrentamento da crise econômica, solicitando novos financiamentos e moratória de débitos. Tais acontecimentos acirraram os ânimos de políticos de outros estados, gerando a criação da Aliança Liberal, que passou a refletir os anseios dos políticos regionais que não pertenciam a classe de cafeicultores. Ademais, buscavam aproximação com a classe média e defendiam



medidas de proteção aos trabalhadores, como direito a aposentadoria, regulamentação do trabalho dos menores e das mulheres e a implantação da lei de férias.

Com a vitória do candidato Júlio Prestes, em 1º de março de 1930, e a morte de João Pessoa, temos início de um golpe de estado promovido pela Aliança Liberal que contou com o apoio de militares tenentistas, sendo que muitos deles estavam no exílio por conta da dissolução da Divisão Revolucionária, em 1927. Esse apoio militar colocou em marcha a revolução que colocaria Getúlio Vargas no poder.

Em 3 de outubro tiveram início as ações militares. O tenente-coronel Pedro Aurélio de Góis Monteiro, amigo pessoal de Getúlio, foi o grande estrategista no Rio Grande do Sul. Em Minas Gerais houve somente a resistência do 12º Regimento de Infantaria de Belo Horizonte, que lutou bravamente contra o cerco da Força Pública mineira, que aderira a revolução. Durante 6 dias e 5

noites, o regimento combateu até a sua exaustão, capitulando no dia 8 com um saldo e cinquenta mortos.

Com o início dos movimentos políticos-militares, o governador de São Paulo, Júlio Prestes, determinou a imediata ampliação da aviação da FPESP.

No Nordeste a revolução foi encabeçada por Juarez Távora, que, com o apoio dos pernambucanos, garantiu o domínio do Recife e, conseqüentemente, do resto daquela região do país. No Rio Grande do Sul as tropas revolucionárias agora comandadas por Miguel Costa, ex-oficial da Força Pública paulista e que estava no exílio desde 1927, e pelo tenente-coronel Góis Monteiro, iniciaram a sua marcha com o objetivo de chegarem ao Rio de Janeiro, capital federal. Porém, devido ao estado de prontidão que se encontrava o estado de São Paulo, a coluna revolucionária estacionou no Estado do Paraná para iniciar a invasão do Estado bandeirante. Cabe ressaltar que, durante esse desloca-



mento, Getúlio Vargas promoveu Miguel Costa e Góis Monteiro ao posto de general de brigada. Após estacionarem em Ponta Grossa, estes montaram dentro de seu vagão do trem de transporte de tropa o Quartel-General da revolução naquela localidade.

Diante desse cenário, as unidades da 2ª Região Militar e da Força Pública de São Paulo, sob o comando do coronel Joviano Brandão, foram mobilizadas em toda sua totalidade para a divisa com Minas Gerais e Paraná. Cabe esclarecer que desde a eclosão do movimento na capital sul rio-grandense, toda a corporação militar paulista foi posta em rigorosa prontidão. O quartel-general dessa tropa mobilizada foi instalado na cidade de Itararé.

Os 1º e 2º Batalhões de Infantaria da força formaram uma linha defensiva de Cananeia, no litoral paulista, até a cidade de Ourinhos. Para a divisa com Minas Gerais, especificamente no Rio Grande, foi enviado o 4º Batalhão de Infantaria, com o obje-

tivo de rechaçar as tropas que vinham daquele Estado.

Ainda para a divisa com Minas Gerais, na Serra da Mantiqueira, foi enviado o 6º Batalhão de Infantaria; para o Vale do Ribeira também foi enviado um pequeno destacamento deste batalhão. Esta mesma unidade ainda enviou uma companhia para guarnecer a cidade de Santos.

Em 10 de outubro de 1930, tropas do 6º Batalhão ocuparam a cidade mineira de Ouro Fino. O 3º. Batalhão foi deslocado para a área de Faxina, na divisa com o Paraná. Do 1º Regimento de Cavalaria seguiu para Itararé um esquadrão, e para Ourinhos um pelotão. O 2º Regimento de Cavalaria deslocou um esquadrão para a área de Ourinhos. Comandando o 2º BI, estava o tenente-coronel Herculano de Carvalho e Silva, que passou a liderar todo o setor sul do estado de São Paulo.

A Esquadilha de Aviação teve forte atuação no setor sul com o bombardeio de posições inimigas em Sengés e Morunga-



va, no Paraná. Seus pilotos eram os seguintes oficiais da FPESP: tenentes João Negrão, João de Quadros, Sílvio Hoels, Sebastião Machado, Vicente Borba, Alfredo Camargo e Deoclécio Guedes. Foi durante esse momento que o instrutor Orton Hoover, americano e veterano da Grande Guerra, foi promovido a major honorário da força, com o objetivo de organizar a expansão da aviação militar paulista, foi nesse momento que foram criadas as esquadrilhas azul e vermelha.

O primeiro combate ocorreu na cidade de Cruzeiro, na região da Serra da Mantiqueira, em São Paulo, quando uma companhia da FPESP, comandada pelo capitão Dino de Almeida, entrou em combate contra tropas mineiras revolucionárias na Estrada de Ferro Central do Brasil. Esse episódio fez com que esta companhia retraísse até o comando legalista daquela região.

No setor sul, os batalhões paulistas confrontaram de maneira ferrenha nos municípios de Sengrés e Morungava. Inclusive,

nessas contendas, tivemos a utilização de caças-bombardeiros contra as posições inimigas. Em concomitância aos combates acima, tivemos entreveros entre tropas revolucionárias e destacamentos da Força Pública em Ourinhos e Cananéia, combates estes que vitimaram civis e militares.

Devido à concentração de forças revolucionárias na cidade paranaense de Quatiguá, na divisa com São Paulo, o comando legalista foi forçado a enviar tropas da FPESP para aquela localidade, com o fulcro de dar combate aos revoltosos. Para essa missão foi enviado o tenente-coronel José Sandoval de Figueiredo, que comandava o Centro de Instrução Militar, hoje Academia de Polícia Militar do Barro Branco, para comandar as tropas legalistas nessa missão, que contavam com 400 militares, formando uma tropa heterogênea, com elementos tirados de várias unidades paulistas e comandadas por oficiais que não se conheciam. Segundo declaração do coro-



nel Sandoval, “a fama da Força Pública de São Paulo e o pavor que ela infundia aos adversários fez com que várias posições rebeldes ao longo do caminho fossem abandonadas”.

A batalha teve início no dia 11 de outubro próximo a Quatiguá, quando as tropas legalistas se depararam com a cavalaria inimiga, que passou a atuar a pé com táticas de guerrilha. Rechaçada essa tropa, um prisioneiro, feito após o combate, informou que um grande reforço revolucionário estava para chegar naquela noite. Diante disso, a tropa paulista regressou para Afonso Camargo. Realmente, durante o amanhecer do dia 12, chegou a Quatiguá, o Destacamento Etchegoyen, comandado pelo coronel Alcides Gonçalves Etchegoyen, confirmando que a retração da tropa paulista era a melhor opção para o momento.

A tropa comandada pelo coronel Sandoval, antes de entrar em combate com a cavalaria revolucionária, logrou êxito em eliminar núcleos revolucionários

em Cambará e Santo Antônio da Platina.

Conforme relato do coronel Etchegoyen, no dia 12, a força que estava sob o seu comando foi cercada por tropas regulares da Força Pública paulista na estação férrea de Quatiguá; os legalistas fizeram um cerco no formato de meia lua, tendo ao centro a citada estação e as tropas rebeldes. O combate teve início às 16h30min, do dia 12, com o confronto direto entre as tropas. Tal contenda perdurou até às 18h do dia 13. Ainda entre esses dias de luta os rebeldes tiveram o reforço do 1º Batalhão do 7º Regimento de Infantaria e de artilharia. Com a chegada desses últimos apetrechos teve início do bombardeio das tropas paulistas que, diante do caos, iniciaram uma fuga para a divisa com São Paulo.

Após estes fatos, a Força Pública bandeirante iniciou a concentração de suas tropas em Itararé, cidade paulista na divisa com o Paraná, que era a primeira e principal junção de ramais de linha férrea entre São Paulo e os



demais estados do sul. Como era sabido que os revolucionários tinham como objetivo ocupar a capital paulista para, em seguida, tomar o Rio de Janeiro, ambas as tropas começaram a se preparar para o maior confronto envolvendo brasileiros desde a Guerra do Paraguai.

O general Góis Monteiro, com o aval de Getúlio Vargas, estacionou a maior parte do efetivo das tropas revolucionárias na cidade de Ponta Grossa, tendo o núcleo duro da revolução se instalado em um vagão de trem na estação da cidade. Dali começou todo o planejamento revolucionário para o enfrentamento dos legalistas na batalha decisiva de Itararé.

Diante desse impasse, no dia 24 de outubro, temendo o início de uma guerra civil, uma junta militar formada pelos generais Tasso Fragoso, Mena Barreto, Leite de Castro e o almirante Isaías Noronha, depuseram o presidente Washington Luís, no Rio de Janeiro, levando-o para o forte Copacabana, onde ficou

preso aguardando o seu embarque para o exílio nos Estados Unidos.

Fig. 3 - Presidente Washington Luís juntamente com o Cardeal D. Leme no momento de sua deposição sendo conduzido para o Forte Copacabana



Fonte: Museu da PMESP

Neste ínterim, as tropas em Itararé não receberam ordens para baixar as armas. O general Miguel Costa era o responsável pelo ataque e tomada de Itararé. Para isso ele dispunha de 7.800 homens. Através de mensagens, o general, que era oriundo da Força Pública paulista, passou a negociar a deposição de armas com o tenente-coronel Herculanho, informando-o da queda do presidente e do avanço da revolução. Tais tratativas foram re-



forçadas por um manifesto da Junta Governista que determinava a cessação total das hostilidades.

Mas, em São Paulo, o governador interino do estado e comandante da 2ª Região Militar, general Hastinfilo de Moura, não acatou essa ordem. Contudo, o comandante-geral da Força Pública, diante da situação em que se encontrava o cenário político e o apoio da população paulista à revolução, em uma atitude inédita, decidiu por acatar a determinação da Junta Governista.

Herculano utilizou o telefone da estação ferroviária da Sorocabana em Itararé para tentar falar com o comandante-geral paulista, coronel Joviano Brandão. Após receber ordens de baixar as armas e incrédulo com o seu posicionamento, o tenente-coronel Herculano teria dito a seguinte frase: "Se você aderiu de medo, desadira. Aqui não passa ninguém". As negociações se seguiram e o general Hastinfilo acabou aderindo à determinação da Junta Governista. Com isso, Hercula-

no acabou sendo vencido de sua ideia de resistir.

A partir disso, Getúlio Vargas passa por São Paulo, chegando à Capital Federal e assumindo a presidência da República em 3 de novembro.

Fig. 4 - Getúlio Vargas, generais Góis Monteiro e Miguel Costa, juntamente com Francisco Morato



Fonte: Museu da PMESP

Durante as contendas dessa revolução tivemos dois heróis da Força Pública de São Paulo que deixaram um legado de exemplo de coragem, abnegação e espírito de sacrifício para as futuras gerações. Um foi o tenente-coronel Pedro Arbues Rodrigues Xavier, o herói de Cananeia, e o outro foi



o tenente Francisco Martins, o herói de Morungava; ambos morreram enfrentando tropas vindas do sul. O coronel Arbues, antes de se lançar contra as tropas gaúchas, proferiu a seguinte frase: “um velho soldado da Força Pública morre, não se entrega”. Após um pedido de rendição proferido pelos sulistas, ele foi morto a tiros e enterrado com honras militares pelos seus inimigos.

Fig. 5 – Coronel Pedro Arbues, o herói de Cananeia



Fonte: Museu da PMESP

CONSEQUÊNCIAS PARA SÃO PAULO

Com a vitória dos revolucionários, Getúlio Vargas instalou no Brasil o Governo Provisório, pondo fim à República Velha. Houve a revogação da Constituição de 1891, com a promessa de convocar uma nova constituinte, a dissolução do Congresso Nacional e a intervenção federal nos governos estaduais, com a nomeação de interventores ligados ao “tenentismo” nos cargos de governadores. Essas alterações mudaram o cenário político, suprimindo a hegemonia das antigas oligarquias agrárias.

Em São Paulo foi nomeado para o cargo de governador o tenente João Alberto Lins de Barros, pernambucano e antigo integrante da Coluna Miguel Costa-Prestes. O fato dele não ter vivido no Estado paulista fez com que políticos e população não o vissem com bons olhos.

Para o comando da 2ª Região Militar foi designado o general Isidoro Dias Lopes, ex-líder da



revolução de 1924, conhecido como “Marechal da Revolução”. Para a recém-criada Secretaria de Segurança Pública foi designado o general Miguel Costa; subordinadas a esta pasta ficaram a Força Pública e a Guarda Civil. Para o cargo de comandante-geral da força foi mantido o coronel Joviano Brandão.

Foi sob o comando deste último oficial, que, em 28 de abril de 1931, um grupo de oficiais da Força Pública se rebelou contra o governo de João Alberto Lins de Barros e o comando do general Miguel Costa. Tal empreitada foi logo sufocada, pois o coronel Joviano, líder dessa sedição, vendo que o movimento não obteve o devido engajamento para continuidade, declinou de suas ideias e pediu para que os demais oficiais abandonassem o pleito. Com isso os envolvidos, civis e militares, foram presos e tiveram aposentadoria compulsória decretada, alguns deles só conseguiram retornar à instituição em 1947.

Fig. 6 – Generais Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa.



Fonte: Museu da PMESP

Devido a este movimento sedicioso, que ficou conhecido como “Abrilada”, o coronel Joviano foi exonerado do cargo passando para a reserva, o general Miguel Costa passou a acumular o cargo de secretário e comandante-geral e o general Isidoro pediu sua passagem para a reserva. Foi nomeado para o comando da 2ª Região Militar o general Góis Monteiro.

Desde a assunção do novo governo, a Força Pública passou por um grande processo de reor-



ganização; passou a adotar os manuais e regulamentos do Exército Brasileiro, em substituição aos congêneres franceses, o que fez com que a tropa paulista abandonasse culturas e tradições inseridas pela Missão Militar Francesa, situação que só foi retomada, em parte, na reforma de 1935. Um dos exemplos de mudança foi a alteração do modelo de espada dos oficiais e o padrão da continência, adotando-se a espada do Exército Brasileiro, utilizada até hoje, bem como a adoção da continência prussiana, também ainda em uso.

Outra mudança foi a extinção da artilharia e da aviação militar. Para a extinção da arma aérea foi colocado no comando da Aviação Militar da Força Pública, comissionado no posto de tenente-coronel, o então major Eduardo Gomes, devido a sua ligação com a tropa paulista em 1924.

Devido ao Boletim Geral nº 29 de 18 de dezembro de 1930, que trouxe os seguintes dizeres: “Em virtude de escapar à finali-

dade desta força e devido ser a aviação um elemento do exército, é dissolvida, nesta data, a E/A, cujo material será entregue ao governo federal”, a aviação militar foi extinta. Com isso, o comandante Eduardo Gomes ficou a cargo de transferir todo o campo de aviação, materiais e aeronaves para o exército. Essa transferência deu origem ao Destacamento de Aviação Militar do Exército, que passou a funcionar no Campo de Marte, na capital paulista.

CONCLUSÃO

De acordo com esta pesquisa verifica-se que a revolução outubrista de 1930 foi um ponto de mudança de direção da política nacional que tem reflexos até os dias de hoje. Ela descortinou a ascensão do “tenentismo” como protagonista na política nacional, com a implantação de uma reforma política, pondo fim ao modelo republicano vigente, principalmente com mudanças e inser-



ção de leis trabalhistas e reforma na educação, ou seja, uma reforma política e administrativa do país que retirou o Estado das mãos de um sistema oligárquico, viciado, que privilegiava uma pequeníssima parcela da população, enquanto o resto sofria com as consequências de seus desmandos.

Vale ressaltar que, desde o início, a história do Brasil foi marcada por revoltas políticas, que foram palcos de lutas armadas. Bem analisando, pode-se verificar que isso perdura até os dias de hoje, quando o crime organizado faz frente às autoridades constituídas, ou seja, a utilização da força e da violência sempre esteve presente política nacional e a revolução de 1930 não fugiu a essa realidade. Vale destacar, ainda, que, apesar de ter mudado a maneira de se fazer política no país, implantou-se uma ditadura que perdurou até 1945 e que gerou agitações políticas nos anos seguintes.

No que tange à pesquisa na história militar observamos que

a formação, adestramento e robustez da Força Pública do Estado de São Paulo se mostraram um grande obstáculo para os anseios da cúpula revolucionária, pois se não fossem as ações da Junta Provisória para derrubar o presidente Washington Luís, possivelmente o país teria mergulhado em uma guerra civil, que teria início na divisa entre São Paulo e Paraná. A capacidade bélica paulista demonstrou ser uma excelente ferramenta de dissuasão, onde uma tropa revolucionária, composta por militares profissionais, foi obrigada a estacionar no interior do Paraná, para daí se preparar com planos estratégicos para ocupação do Estado bandeirante.

Felizmente a tão esperada batalha de Itararé nunca ocorreu, mas a maneira com que o Estado e a população paulista foram tratados e o desmantelamento da Força Pública se tornaram parte dos motivos para o movimento constitucionalista de 1932, que se concretizou em uma guerra civil, tendo o espírito militar pau-



lista e sua Força Pública como ponta de lança durante o conflito, que duraria aproximadamente quatro meses.

Concluímos, ao estudar este episódio de nossa história, que o protagonismo das instituições militares estaduais e federais e suas importâncias e legados deixados no campo político e bélico, nos descortinaram as entranhas do processo político-social brasileiro e de como se deu a construção de nossa república democrática.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Euclides; CAMARA, Hely. *A Força Pública de São Paulo: Esboço Histórico*. São Paulo: Sociedade Imprensa Paulista, 1931.

SERPA, Benito. *A Verdun paulista: episódios da defesa do 4º Batalhão da Força Pública durante a Revolução de 1924*. São Paulo: Gráficas BIBLOS, 1962.

CANAVO FILHO, José; MELO, Ediberto de Oliveira. *Asas e glória de São Paulo*. São Paulo: PMESP, 1977.

DORIA, Pedro. *Tenentes: a guerra civil brasileira*. São Paulo: Record, 2022.

MCCANN, Frank D. *Soldados da Pátria: a história do Exército Brasileiro 1889 – 1937*. tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MEIRELLES, Domingos. *A noite das grandes fogueiras*. Rio de Janeiro: Record, 1997.

TELHADA, Paulo Adriano L. *Quartel da Luz, mansão da ROTA: histórias do Batalhão Tobias de Aguiar*. São Paulo: Just, 2011.